

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina
"PROJETO GURI NA CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO"

C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39

Demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Conteúdo:	Páginas:
Relatório dos Auditores Independentes	1
Balanços Patrimoniais	4
Demonstrações dos Resultados	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração do Valor Adicionado	7
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	9



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores da
Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina
“Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo”
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina “Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina “Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo” em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Imobilizado: Conforme nota explicativa nº 06 o “Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo” recebeu bens tangíveis e intangíveis para uso de suas operações registrados no ativo imobilizado e intangível. A administração da Entidade realizou um levantamento emplacamento desses bens e protocolou junto a Secretaria de Cultura de São Paulo a relação detalhada e aguarda a formalização do Termo de Permissão de Uso.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado - Adicionalmente, examinamos a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das demonstrações financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem informações sobre atividades, conforme inserido na nota explicativa nº 08.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, com base nos procedimentos realizados e nas evidências obtidas quanto a essas outras informações, nossa responsabilidade é a de lê-las e, ao fazê-lo, considerar se estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas informações divulgadas, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

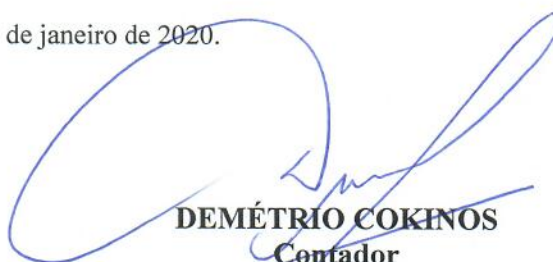
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de janeiro de 2020.



COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0

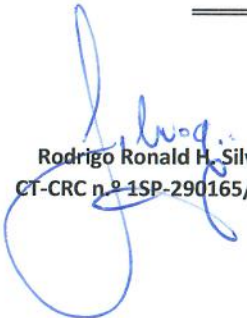


DEMÉTRIO COKINOS
Contador
CRC-18P120.410/O-2
CNAI nº 385

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
 "Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo"
 C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
BALANÇO PATRIMONIAL
 Em reais

ATIVO	N.E	2019	2018	PASSIVO	N.E	2019	2018
Circulante		6.591.945	7.296.315	Circulante		6.661.505	7.296.315
Recursos vinculados a projetos	(04)	6.216.647	6.860.929	Projetos	(08)	3.208.439	4.065.141
Adiantamentos diversos	(05)	43.567	91.773	Fornecedores		138.580	27.015
Contas a receber		-	3.900	Encargos sociais	(09)	54.481	50.600
Despesas antecipadas		19.917	20.419	Obrigações tributárias		-	82
Estoques	(07)	311.815	319.294	Férias e encargos a pagar		610.006	605.365
				Contas a pagar		2.077	7.946
				Provisão para contingências	(12)	-	379
				Fundos	(11)	2.647.922	2.539.787
Não Circulante		1.423.335	1.508.192	Não Circulante		1.353.775	1.508.192
Permanente	(06)	1.423.335	1.508.192	Exigível a Longo Prazo		1.353.775	1.508.192
Imobilizado		1.227.853	1.508.192	Provisão para contingências	(12)	39.192	-
Direito de Uso Locação/Arrendamento NBCTG 06		195.482	-	Recursos aplicados em ativos permanentes	(10)	1.227.852	1.508.192
				Arrendamento Locação NBC TG 06		86.730	-
				Patrimônio Líquido	(14)	-	-
TOTAL DO ATIVO		8.015.280	8.804.506	TOTAL DO PASSIVO		8.015.280	8.804.506


 Rosane Ghedin
 Diretora Presidente


 Rodrigo Ronald H. Silva
 CT-CRC nº 1SP-290165/O-2

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo"
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Em reais

	N.E	<u>2019</u>	<u>2018</u>
		TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS		28.880.447	27.155.831
Receitas operacionais		28.511.005	26.629.267
Recursos do contrato de gestão	(15)	28.511.005	26.629.267
Outras receitas operacionais		369.442	526.564
Receitas financeiras		-	-
Depreciação		369.442	526.564
DESPESAS OPERACIONAIS		(28.880.447)	(27.155.831)
Despesas operacionais		(28.880.447)	(27.155.831)
Despesas com pessoal		(18.062.475)	(16.749.857)
Despesas com encargos sociais		(5.595.678)	(5.355.897)
Despesas administrativas		(2.459.911)	(2.191.059)
Depreciação		(369.442)	(526.564)
Serviços prestados por terceiros		(2.306.701)	(2.270.457)
Impostos e taxas		(86.241)	(61.998)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA

"Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo"

C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO

Em reais

	2019	2018
Patrimônio líquido		
No início do exercício	-	-
Resultado do exercício	-	-
No final do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras



ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo"
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Em reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS	28.880.447	27.155.831
Receitas do projeto	28.511.005	26.629.267
Depreciação	369.442	526.564
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	4.766.612	4.461.516
Serviço de terceiros e outros	2.306.701	2.270.457
Despesas administrativas e gerais	2.459.911	2.191.059
VALOR ADICIONADO BRUTO	24.113.836	22.694.315
RETENÇÕES	369.442	526.564
Depreciação	369.442	526.564
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	23.744.394	22.167.751
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	-
Receitas financeiras	-	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	23.744.394	22.167.751
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	23.744.394	22.167.751
Pessoal e encargos	23.658.153	22.105.753
Impostos, taxas e contribuições	86.241	61.998
Resultado do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras



ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
 "Projeto Guri" na Capital e Grande São Paulo
 C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
 (em reais)

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	-	-
Depreciação e amortização	369.442	526.564
Provisão para contingências	38.813	(66.081)
Resultado ajustado	408.255	460.483
VARIAÇÕES DO ATIVO E PASSIVO		
(Aumento) / redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	644.283	(878.695)
Adiantamentos diversos	48.205	34.494
Outras contas a receber	4.402	(3.217)
Estoques	7.479	(162.968)
Aumento / (redução) nos passivos em		
Projeto a executar	(856.702)	2.848.658
Fornecedores	111.565	370
Salários, férias e encargos sociais	8.522	(50.045)
Outras contas a pagar	(5.951)	3.561
Fundos	108.135	(1.726.077)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	478.194	526.563
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições do ativo imobilizado	(292.163)	(131.626)
Baixas do ativo imobilizado	7.579	727
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(284.584)	(130.899)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recursos aplicados em ativos permanentes	(193.610)	(395.664)
Caixa Líquido gerado nas Atividades de Financiamento	(193.610)	(395.664)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras



Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina

“PROJETO GURI NA CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO”

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

1. Contexto Operacional

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que atua com a missão de formar pessoas utilizando a educação, a cultura e a assistência social como instrumentos de promoção, defesa e proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina participou de convocações públicas através da Resolução SC nº 44/2017 e nº 45/2017 de 21 de outubro de 2017, e posteriormente celebrou os Contratos de Gestão Nº 04/2017 e 05/2017, com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo por meio dos Processos SC/1344496/2017 e do Processo SC/1380279/2017, tendo como objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução, das atividades na área cultural do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo e da Escola de Música do Estado de São Paulo – EMESP TOM JOBIM, Teatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e Teatro Caetano de Campo, ambos contratos para o período de 01/01/2018 à 31/12/2022.

PPROGRAMA GURI CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO

No Guri na capital e Grande São Paulo, a criança começa seus estudos aos 6 anos, na iniciação musical. É por meio de atividades lúdicas e práticas que os alunos dão seus primeiros passos. Depois da iniciação vêm os cursos sequenciais, em que meninos e meninas, a partir dos 10 anos, estudam canto ou instrumento, além de coral, prática de conjunto e teoria musical – tudo isso por meio de aulas coletivas. Voltado para crianças e adolescentes, o programa proporciona a oportunidade de crescimento cultural e inclusão social, por meio de uma educação musical de qualidade apoiada por um trabalho social efetivo. Sempre apostando na plena capacidade de desenvolvimento do ser humano, o Guri oferece não apenas uma rede de apoio para seus alunos e alunas, mas também para seus familiares e comunidades nas quais o programa atua. Desde 2008, o Guri na Capital e na Grande São Paulo é gerido pela Santa Marcelina Cultura. Além do ensino cotidiano nos diversos polos de ensino, os alunos e alunas que queiram aprofundar seus desafios artísticos podem participar dos Grupos Infantis e Juvenis, onde, com ensaios e performances, se preparam para uma vivência cultural ainda mais ampla. Esses grupos, formados por alunos e alunas de diversas regiões da cidade e da Grande São Paulo, se apresentam em importantes espaços culturais, como teatros, CEUs, igrejas e museus.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em especial, a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) Entidades sem finalidade de lucro e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis também foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Associação em 20 de janeiro de 2020.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3 c - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado.
- Nota explicativa nº 12 - Provisão para contingências.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação.

a. *Adoção inicial do CPC 06 R2/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil*

De acordo com a nova determinação definida no IFRS 16/CPC 06 (R2), os arrendatários devem reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e no seu ativo o direito de uso do bem arrendado para os contratos de arrendamento mercantil.

Desta forma, os contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter tratamento contábil semelhante, ficando fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

A Administração, após analisar todos os contratos em vigor, concluiu que diversos se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Alguns desses contratos preveem uma despesa de aluguel variável, com valores atualizados anualmente através de índices de inflação implícitos nos contratos ou se não identificável a última captação a mercado, cujo valor é reconhecido mensalmente.

A Entidade adotou a IFRS 16 para o ano exercício de 2019 usando uma abordagem retrospectiva modificada que resulta na aplicação prospectiva da norma. A abordagem retrospectiva modificada não requer a atualização das informações contábeis do período anterior.

Na adoção inicial foi utilizado os seguintes expedientes práticos requeridos pela norma:

- a) Taxa de desconto contida na última captação a mercado realizada por qualquer empresa do Grupo, líquida da inflação dos últimos 12 meses;
- b) Contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor não foram considerados para fins de cálculo da norma.
- c) A contabilização de pagamentos como despesas no caso de arrendamentos cuja composição de valor dependa de variável; e
- d) O cálculo da renovatória será considerado apenas quando a renovação for praticamente certa.

Os bens foram reconhecidos a valor presente no grupo ativo imobilizado como Direito de Uso e no passivo circulante em valores a curto prazo descontado o tributo e as taxas de juros e, no passivo não circulante em valores a longo prazo descontados as taxas de juros, porém o tributo será destacado somente a curto prazo por entendermos ser de natureza incidental e ter seu fato gerador quando do pagamento aos arrendadores pessoas naturais.

O maior impacto se dará no aumento do endividamento a Curto e Longo Prazo e consequente queda do índice de liquidez corrente tendo em vista a contrapartida do passivo estar reconhecida integralmente no grupo do Imobilizado.

b. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento, aplicações financeiras e dos fundos de reserva e contingência que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2019 e 2018.

c. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão originados de contratos com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, vinculadas ao Ministério da Cultura, são registrados da seguinte forma, em conformidade com a CPC 07 (R1):

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício.
- **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante.
- **Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante.

Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos pois todas as despesas incorridas com o projeto são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesse projeto.

d. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de

depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

f. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

g. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Receita diferida (recursos aplicados em ativos permanentes)

Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos

mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado em atendimento a CPC 07 (R1).

4. Recursos vinculados a projetos

	2019	2018
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	<u>6.216.647</u>	<u>6.860.929</u>
	<u>6.216.647</u>	<u>6.860.929</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Adiantamentos diversos

	2019	2018
Adiantamento de férias	40.833	89.653
Outros	<u>2.735</u>	<u>2.120</u>
	<u>43.567</u>	<u>91.773</u>

6. Imobilizado

Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

Descrição	Taxas	2019			2018
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10%	35.258	(27.781)	7.477	11.003
Equipamentos	10%	281.862	(196.877)	84.985	95.504
Móveis e utensílios	10%	454.844	(402.814)	52.030	77.677
Veículos	20%	364.692	(364.692)	-	-
Instrumentos musicais	10%	4.303.567	(3.234.824)	1.068.743	1.272.098
Ferramentas	10%	385	(274)	111	150
Computadores e periféricos	20%	279.459	(264.954)	14.505	51.760
Telefone	10%	16.750	(16.750)	-	-
Sub-total		<u>5.736.818</u>	<u>(4.508.966)</u>	<u>1.227.852</u>	<u>1.508.192</u>
Bens de Uso	-				
Locação/Arrendamento (*)		195.482		195.482	-
Total		<u>5.932.300</u>	<u>(4.508.966)</u>	<u>1.423.335</u>	<u>1.508.192</u>

(*) Os Bens de uso de arrendamento mercantil são lançados no grupo de imobilizado e reconhecidos segundo critérios no atendimento ao CPC 06 R2/ IFRS 16, conforme nota 3.a.

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Saldos no início do exercício	1.508.192	1.903.856
Adições		
Equipamentos	15.286	11.795
Móveis e utensílios	1.398	-
Instrumentos musicais	79.997	119.831
Computadores e periféricos	-	-
Baixas líquidas	(7.579)	(727)
Depreciações	<u>(369.442)</u>	<u>(526.564)</u>
Bens de Uso Locação/Arrendamento	<u>195.482</u>	-
Saldos no fim do exercício	<u>1.423.335</u>	<u>1.508.192</u>

Conforme a Cláusula Segunda, Item 13, do novo Contrato de Gestão nº 04/2017, é atribuição, responsabilidade e obrigação da Contratada: *"Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos Termos de Permissão de Uso, até sua restituição ao Poder Público, mantendo em perfeitas condições de uso os imóveis, bens, equipamentos e instrumentais necessários para a realização das atividades contratualizadas, cujos inventários atualizados constarão dos devidos Termos de Permissão."*

Em face a obrigação acima a Santa Marcelina Cultura apresentou a Secretaria de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, em 21/03/2018, através do Ofício SMC nº 072/2018, a relação de bens e equipamentos que serão utilizados para a realização das atividades contratualizadas no período de 2018 a 2022, devidamente inventariados e emplaquetados. E aguarda providências da Secretaria para a emissão do Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis e Intangíveis.

7. Estoque

Os estoques existentes em 31 de dezembro estão valorizados pelo custo médio, que não superam o valor de mercado e estão assim discriminados:

Descrição	2019	2018
Material de escritório	32.381	34.660
Suprimentos musicais	257.573	220.194
Demais estoques	<u>21.861</u>	<u>64.440</u>
Total	<u>311.815</u>	<u>319.294</u>

8. Projeto a executar

	2019	2018
Projeto a executar	<u>3.208.439</u>	<u>4.065.141</u>

Projeto a executar referem-se os recursos já recebidos pela Associação, porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) e valores despendidos com a aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

	2019					
	Saldo Anterior	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo	Dotação especial	Valor residual
Contrato de Gestão - Projeto Guri (04/2017) (a)	4.051.981	27.619.849	121.291	(28.511.005)	(96.681)	3.185.435
Outros Recursos (04/2017)	13.160	9.844	-	-	-	23.004
	<u>4.065.141</u>	<u>27.629.693</u>	<u>121.291</u>	<u>(28.511.005)</u>	<u>(96.681)</u>	<u>3.208.439</u>

Valores recebidos - Referem-se aos montantes financeiros efetivamente recebidos no exercício.

Rendimentos financeiros - Referem-se a rendimentos das aplicações financeiras dos recursos repassados pela SEC para realização das atividades do plano de trabalho, vinculados aos projetos De acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar no passivo (vide nota explicativa 3.b - práticas contábeis).

Consumo - Referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social. Os consumos de projetos a incorrer dão origens as receitas e despesas da Entidade.

Dotação especial - Referem-se aos recursos que foram empregados na aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

Fundos – Os fundos de reservas e de contingências foram reclassificados e demonstrados conforme Nota Explicativa nº 11.

Conforme cláusula contratual, a Associação deve apresentar trimestralmente à Unidade Gestora até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao término do 1º, 2º e 3º trimestres, relatório de atividades do período, conforme sistema informatizado ou modelo da Secretaria, para verificação pela Unidade Gestora e pela Comissão de Avaliação quanto ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no Contrato de Gestão, contendo o comparativo das metas cumpridas x metas previstas.

Deve ainda, apresentar anualmente, relatório de atividades, para verificação pelas Unidades da Pasta e pela Comissão de Avaliação, quanto ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no Contrato de Gestão, contendo comparativo das metas cumpridas x metas previstas para os quatro trimestres do exercício. Está estipulado no contrato de gestão que os repasses das parcelas, pela Secretaria, serão feitos na proporção de 90% e 10%, onde 10% corresponde a parte variável que para a Associação receber dependerá da avaliação trimestral da Unidade Gestora, podendo gerar um ajuste financeiro a menor na parcela a ser repassada no trimestre subsequente, a depender dos indicadores de avaliação do cumprimento das ações estabelecidas no Plano de Trabalho – Ações e Mensurações.

A Administração da Associação entende que em 2019 todas as metas foram cumpridas adequadamente e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura.

(a) Contrato de Gestão 04/2017 – Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo

I. Eixo – Ensino Musical

i. Cursos de Iniciação Musical

Foram oferecidas em 2019 15.326 vagas nos cursos de Iniciação Musical, sendo que, 14.905 alunos foram matriculados. Ao longo do ano de 2019, constatou-se que 14.905 alunos participaram dos cursos de Iniciação Musical do Guri Capital e Grande São Paulo.

ii. Cursos Livres

Em 2019 tivemos 46 Cursos Modulares com 1.035 alunos matriculados. Tivemos 1.503 alunos matriculados no curso de Iniciação Musical para Adultos. Ao longo do ano de 2019, constatou-se que 1.503 alunos participaram do curso de Iniciação Musical para Adultos e 14 alunos estavam matriculados no Curso de Luteria.

iii. Manutenção de Polos

O Guri possui 46 Polos em funcionamento. São eles: 1 - CEU Dutra, 2 - CEU Alvarenga, 3 - CEU Casa Blanca, 4 - CEU Jambeiro, 5 - CEU Meninos, 6 - CEU Pq. São Carlos, 7 - CEU Pq. Veredas, 8 - CEU Pêra Marmelo, 9 - CEU Perus, 10 - CEU Rosa da China, 11 - CEU São Mateus, 12 - CEU São Rafael, 13 - CEU Vila Curuçá, 14 - CEU Vila Atlântica, 15 - CEU Caminho do Mar, 16 - CEU Navegantes, 17 - CEU Inácio Monteiro, 18 - CEU Campo Limpo, 19 - CEU Vila Rubi, 20 - CEU Parelheiros, 21 - CEU Vila do Sol, 22 - CEU Paraísoópolis, 23 - CEU Capão Redondo, 24 - CEU Quinta do Sol, 25 - CEU Três Pontes, 26 - CEU Sapopemba, 27 - CEU Paulistano, 28 - CEU Pq. Anhanguera, 29 - CCA Itaquera, 30 - Rio Grande da Serra, 31 - Achiropita, 32 - Biritiba Mirim, 33 - Casa de Cultura da Penha, 34 - Entidade AME, 35 - Espaço Aberto Jd. Miriam, 36 - Poá, 37 - Ponte Brasilândia, 38 - Júlio Prestes, 39 - Mazaropi, 40 - Embu das Artes, 41 - Osasco, 42 - Brooklin, 43 - Santa Cruz-Guarulhos, 44 - Cesa Cata Preta-Santo André, 45 - Arujá e 46 - Guararema.

II. Eixo – Atividades Extraclasse

Realizamos em 2019, 10 masterclasses com 187 alunos participantes. Foram realizados também 10 Workshops com 231 alunos participantes.

III. Eixo – Atividades de Difusão Formativa

i. Grupos artístico-pedagógicos de bolsistas (Grupos infantis e juvenis)

Informamos o número de alunos matriculados em cada grupo artístico-pedagógico do Guri em 2019:

- Banda Sinfônica Infanto-Juvenil: 52 alunos matriculados;
- Banda Sinfônica Juvenil: 55 alunos matriculados;
- Camerata de Violões Infanto-Juvenil: 36 alunos matriculados;
- Coral Infantil: 46 alunos matriculados;

- Coral Juvenil: 83 alunos matriculados;
- Orquestra de Cordas Infanto-Juvenil: 45 alunos matriculados;
- Orquestra Sinfônica Infanto-Juvenil: 79 alunos matriculados;
- Big Band Infanto-Juvenil: 23 alunos matriculados;
- Regional de Choro Infanto-Juvenil: 13 alunos matriculados.

Ao longo do ano de 2019 participaram dos grupos artístico-pedagógicos do Guri 432 alunos, sendo 358 alunos ativos no final do ano. Alguns destes, depois de serem atendidos pelos assistentes sociais responsáveis pelos grupos artístico-pedagógicos, solicitaram dispensa desta atividade. O principal motivo de saída dos grupos foi a incompatibilidade de horários de ensaios e apresentações, uma vez que muitos dos alunos ingressaram em outros grupos musicais, inclusive nos Grupos Jovens do Estado (Coral, Orquestra Tom Jobim, Orquestra Jovem do Estado e Banda Sinfônica), e escolas de música e universidades. Além disso, alguns alunos ingressaram no mercado de trabalho, o que os impossibilitou de dar continuidade à atividade artística nos grupos artístico-pedagógicos. Cabe ressaltar que, em alguns casos, os alunos desistiram da atividade nos grupos, mas continuaram estudando música nos polos do Guri. Informamos ainda que, por razões artístico-pedagógicas, optou-se por não convidar novos integrantes para alguns dos grupos musicais no último trimestre, uma vez que a preparação e o estudo do repertório para as apresentações finais já estavam consolidados.

Foram realizados em 2019:

- 7 apresentações da Banda Sinfônica Infanto-Juvenil com público de 3.820 pessoas. A quantidade de Concertos da Banda superou a meta estabelecida para o ano de 2019, devido a participação do Grupo no Festival de Inverno de Campos do Jordão, no palco da Praça do Capivari. Esta ação só foi possível, pois o parceiro se responsabilizou pelo por toda a produção do evento, onerando o Contrato de gestão apenas com a ajuda de custo para o regente e músicos de complemento.

- 6 apresentações da Banda Sinfônica Juvenil com público de 1.331 pessoas;
- 6 apresentações da Camerata de Violões Infanto-Juvenil com público de 819 pessoas;
- 6 apresentações do Coral Infantil com público de 1.267 pessoas;

- 7 apresentações do Coral Juvenil com público de 2.397 pessoas. A quantidade de Concertos do Coral Juvenil superou a meta estabelecida para o ano de 2019, devido a participação do grupo no Encontros de Coros do Theatro Municipal de São Paulo, atividade que uniu os principais coros infanto-juvenis da cidade de São Paulo. Onerando o contrato de gestão apenas com o Transporte dos equipamentos e a ajuda de custos dos regentes e músicos de complemento.

- 6 apresentações da Orquestra de Cordas Infanto-Juvenil com público de 1.064 pessoas;
- 7 apresentações da Orquestra Sinfônica Infanto-Juvenil com público de 2.897 pessoas. A quantidade de Concertos da Orquestra superou a meta estabelecida para o ano de 2019, devido a participação do grupo no Festival de Inverno de Campos do Jordão, no palco da Praça do Capivari. Esta ação só foi possível, pois o parceiro se responsabilizou pelo por toda a produção do evento, onerando o Contrato de gestão apenas com a ajuda de custo para o regente e músicos de complemento.

- 6 apresentações da Big Band Infanto-Juvenil com público de 711 pessoas;

- 7 apresentações do Regional de Choro Infanto-Juvenil com público de 747 pessoas. A quantidade de Concertos do Regional de Choro superou a meta estabelecida para o ano de 2019, devido a participação do Grupo o Encerramento das Atividades dos Grupos Infantis e Juvenis do Guri. Esta apresentação não onerou o contrato de Gestão.

A meta de público foi superada em todos os concertos dos grupos artístico-pedagógicos do Guri devido à qualidade da programação apresentada, bem como às parcerias realizadas para a

utilização dos locais em que aconteceram os eventos, que proporcionaram a presença de uma quantidade de público maior do que a estimada por conta da capacidade de lugares disponíveis nos locais em que as apresentações foram realizadas.

ii. Grupos artístico-pedagógicos de alunos e familiares

Informamos que ao longo do ano de 2019 participaram do Coral de Familiares 40 alunos matriculados, sendo 35 alunos ativos ao final do ano. Foram realizados em 2019, 6 apresentações do Coral de Familiares, com público de 1.392 pessoas. Realizamos também 20 apresentações dos Grupos de polo de difusão artístico-pedagógica, com público de 508 pessoas.

IV. Eixo: Desenvolvimento Social

Realizamos em 2019:

- 484 Oficinas socioeducativas com crianças e adolescentes, com 10.161 participantes.
- 219 Oficinas socioeducativas com as famílias das crianças e adolescentes, com 3.921 participantes e 10 Oficinas socioeducativas para integração entre polos. Realizamos também 46 Atividades Culturais com 46 Polos Participantes.

V. Eixo: Bolsa Auxílio aos alunos dos Grupos Artístico-Pedagógicos

Em 2019 foram oferecidas 355 bolsas, sendo que, 432 bolsas foram concedidas. Informamos que o número de alunos que participaram dos grupos artístico-pedagógicos do Guri no ano de 2019 foi de 452, dos quais 358 são alunos ativos. Por diversas razões de ordem pessoal, familiar, de trabalho, entre outros, 94 alunos cancelaram sua participação nesta atividade. Salientamos também que, por razões artístico-pedagógicas, optou-se por não convidar novos integrantes para alguns dos grupos musicais no último trimestre, uma vez que a preparação e o estudo do repertório para as apresentações finais já estavam consolidados.

VI. Eixo: Formação e Aperfeiçoamento de Equipe

Em 2019 tivemos 53 capacitações, com uma carga horária de 444 horas e 307 (87%) colaboradores foram capacitados.

VII. Eixo: Programa de Desenvolvimento Institucional

A Pesquisa de Qualidade dos Serviços Prestados no GURI Capital e Grande São Paulo realizada pela Santa Marcelina Cultura e auditada pela empresa Cokinós Auditores, ocorreu no período de 08/06/2019 a 08/12/2019 e apresentou os seguintes resultados:

- Índice de satisfação dos alunos e responsáveis com o ensino oferecido pelo GURI: 97,46%;
- Índice de Satisfação do público dos concertos dos grupos artístico-pedagógicos: 100%.

O valor total captado em 2019 foi de R\$ 844.340,00, o que representa 3,06% do percentual do repasse anual.

DADOS EXTRAS

Eixo Ensino Musical

i. Atendimentos – Alunos dos Cursos de Iniciação Musical e Cursos Livres (consolidado)

Em 2019 foram matriculados 17.457 alunos nos Polos do Guri. Ao longo do ano de 2019, nos relatórios de cada trimestre, o número total de alunos matriculados no Guri Santa Marcelina foi informado, isto é, o número de todos os alunos que cursaram pelo menos um mês de atividades

dentro do Programa. Depois de encerrado o ano letivo de 2019 e atendidas as solicitações de cancelamento, constatou-se que, no total, 17.457 alunos estudaram música no Guri Capital e Grande São Paulo. Muitos desses, alunos ativos desde anos anteriores, não puderam permanecer nos cursos e, depois de atendidos pelos assistentes sociais dos polos e tendo suas situações individualmente reconhecidas e encaminhadas, solicitaram cancelamento de matrícula. Outros alunos ingressaram e saíram durante o ano de 2019. Dentre os principais motivos para tais solicitações de cancelamento temos: ingresso em outras escolas de música (universidades, escolas técnicas, entre outros), ingresso no mercado de trabalho, situações de ordem familiar, mudança de endereço, entre outros. Ressaltamos ainda que, apesar de os resultados alcançados – 17.457 alunos – serem maiores do que a meta estabelecida, não houve desequilíbrio do Contrato de Gestão, uma vez que o número de polos em funcionamento, bem como o número de horas-aula oferecidas cumpriu o estabelecido e os alunos que se matricularam ao longo do ano ocuparam vagas que já eram oferecidas e/ou estavam disponíveis em outros polos.

Eixo – Atividades de Difusão formativa

ii. Grupos artístico-pedagógicos de bolsistas (consolidado)

Em 2019 432 alunos participaram dos Grupos artístico-pedagógicos de bolsistas, dos quais 358 são ativos ao final do ano.

Foram realizados em 2019 57 apresentações dos Grupos artístico-pedagógicos de bolsistas com a presença de público de 14.803 pessoas.

9. Salários e encargos sociais a pagar

	2019	2018
INSS a recolher	50.148	46.161
Outros	<u>4.333</u>	<u>4.439</u>
	<u>54.481</u>	<u>50.600</u>

10. Recursos aplicados em ativos permanentes

2019	2018
<u>1.227.852</u>	<u>1.508.192</u>

Conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), os recursos que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado e diferido em atendimento a CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 6 (ativo imobilizado).

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.508.192
Adição de imobilizado (nota explicativa 6)	96.681
Custo residual baixado de imobilizado	(7.579)
Depreciação do imobilizado (nota explicativa 6)	(369.442)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.227.852

11. Recursos de reserva e contingência

(a) Recursos de reserva e provisões

Tem a finalidade de constituir uma reserva de recursos sob a tutela do Conselho de Administração, que poderá ser utilizada na hipótese de atraso superior a 5 (cinco) dias no repasse de recursos por parte da Secretaria. A Utilização destes recursos fica condicionada à prévia aprovação pelo Conselho de Administração da SMC, sendo que os respectivos valores deverão ser restituídos à reserva em até 3 (três) dias úteis após a efetivação do repasse pela Secretaria.

(b) Recursos de contingência

Tem a finalidade de suportar eventuais contingências conexas à execução do programa de trabalho, o valor é composto através de percentual estipulado sobre o valor global repassado pela Secretaria, observados os preceitos do artigo 5º, inciso VI, alínea "g" do Decreto Estadual 43.493/1998, com as alterações do Decreto Estadual 62.528/2017.

Na composição e utilização desses recursos, deverá ser observado que:

- 1)** a Organização Social poderá contribuir com recursos próprios para a conta de recursos de contingência.
- 2)** os recursos financeiros depositados na conta bancária a que se refere somente poderão ser utilizados, em conformidade com o estabelecido no CONTRATO DE GESTÃO, e com deliberação de 3/4 (três quartos) dos membros do Conselho de Administração da CONTRATADA e do Secretário da Cultura, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência, cabendo-lhes zelar por seu uso, em conformidade com o praticado por entidades congêneres.
- 3)** Caso as contingências previstas refiram-se a ordens ou condenações judiciais em processos cíveis, trabalhistas e tributários ou sejam decorrentes de acordos judiciais em ações promovidas em face da CONTRATADA, na esfera federal, estadual ou municipal, de competência da justiça comum ou especializada, que tenham de ser cumpridos em prazo inferior a 15 (quinze) dias, fica desde já autorizada pelo Secretário da Cultura a utilização de recursos da conta bancária destinada a contingências, devendo a mesma ser aprovada pelo Conselho de Administração da CONTRATADA, sem prejuízo de outras eventuais utilizações na forma do subitem anterior.
- 4)** No caso excepcional do subitem anterior, ficará a CONTRATADA obrigada a encaminhar à CONTRATANTE a documentação pertinente, com os devidos esclarecimentos referentes à movimentação efetuada, no relatório trimestral seguinte.
- 5)** Ao final do CONTRATO DE GESTÃO, eventual saldo financeiro remanescente na conta de recursos de contingência será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção em que ela foi constituída.

6) Os saldos da conta, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

7) As receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do CONTRATO DE GESTÃO e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

	2019	2018
Recursos de reserva (a)	1.800.430	1.726.905
Recursos de contingência (b)	847.492	812.882
	<u>2.647.922</u>	<u>2.539.787</u>

12. Provisão para contingências

A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2019	2018
Contingências trabalhistas	<u>39.192</u>	<u>379</u>

	2018	2019	
	Saldo Inicial	Adição	Saldo final
Trabalhistas	<u>379</u>	<u>39.192</u>	<u>(379)</u>
			<u>39.192</u>

Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 379 em 2019, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

13. Partes relacionadas

A Associação não possui partes relacionadas e a diretoria da Associação não é remunerada.

14. Patrimônio líquido

Em função de a Associação ter suas operações suportadas exclusivamente por contratos de Gestão firmados com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura, os resultados apresentados desde a sua constituição tem sido nulos, motivo pelo qual a Associação não apresenta patrimônio social constituído.

15. Recursos de contrato de gestão

	2019	2018
Projeto Guri (04/2017)	<u>28.511.005</u>	<u>26.629.267</u>
	<u>28.511.005</u>	<u>26.629.267</u>

16. Cobertura de seguros

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes

para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *



Rosane Ghedin
Diretora Presidente



Rodrigo Ronald H. Silva
CRC nº 1SP-290165/O-2

